

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Duarte.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados: O objecto desta petição deixou de fazer qualquer sentido por exclusiva responsabilidade do Governo e da maioria socialista. Na verdade, e ao contrário do que foi acerrimamente defendido por todos os partidos da oposição, a maioria socialista impôs um determinado calendário para a abordagem desta matéria que inviabilizou qualquer discussão minimamente consequente no dia de hoje.

Contudo, julgo que o facto de termos agendado a discussão desta petição tem alguns méritos, o primeiro dos quais é o de trazer à evidência algumas características próprias deste Governo, para que, desta forma, se possa evitar que este tipo de situações se repitam no futuro. Impõe-se, portanto, denunciar estas mesmas características da governação socialista.

Em primeiro lugar, notamos o desrespeito pela cidadania e pelas formas de participação que estão ao dispor dos portugueses, nomeadamente através de uma petição. O facto de a maioria absoluta socialista ter, pura e simplesmente, ignorado o objecto desta petição é disso mesmo o melhor exemplo.

Em segundo lugar, verificamos que há intolerância perante opiniões divergentes e perante contributos que não sigam a linha oficial do Partido Socialista.

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — O Governo e a maioria socialista convivem manifestamente mal com opiniões divergentes, pelo que preferiram acelerar rapidamente os processos para tentar silenciar essas mesmas opiniões. Temos, assim, uma lei feita à pressa, depois de se ter fugido ao debate.

Em terceiro lugar, há por parte da maioria uma absoluta incapacidade para mobilizar a sociedade portuguesa, os partidos da oposição, os agentes educativos, as forças dinâmicas próprias da nossa academia, das universidades e politécnicos, para apoiarem e suportarem esta lei. A verdade, recorde, é que a lei que foi revogada por este novo regime jurídico datava de 1988 e havia sido, na altura, aprovada por unanimidade nesta Câmara. O que temos agora é uma lei sectária, aprovada com os votos de um único partido e com a oposição generalizada das forças políticas e, no fundo, de todas as forças sociais que se interessam por esta matéria.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Por último, queria dizer que a substância da reforma é também muito negativa. Temos uma lei centralizadora, que concentra poderes discricionários no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e que inibe a autonomia, o espírito de iniciativa e de inovação próprios das instituições de ensino superior.

Em lugar de termos uma lei facilitadora da excelência, da qualidade e da autonomia, temos uma lei que é causa de instabilidade e de perturbação das nossas instituições de ensino superior.

Aplausos do PSD.